

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO


EDITAL N.º 153 /2015

**JOSÉ AGOSTINHO RIBAU ESTEVES, PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE AVEIRO:**

Faz público, que por seu despacho de 01 de setembro de 2015, anexo ao presente Edital, foram delegadas e subdelegadas competências nos Senhores Vereadores Eng^a. Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Jorge Manuel Mengo Ratola, Dr. Luís Miguel Capão Filipe e Dr.^a Maria do Rosário Lopes Carvalho, que se publicitam pelo presente e outros de igual teor que serão afixados nos lugares de estilo e no sítio da internet, em www.cm-aveiro.pt.

Aveiro, 14 de dezembro de 2015,

O Presidente da Câmara Municipal de Aveiro,



(José Agostinho Ribau Esteves, eng.º)



CERTIDÃO

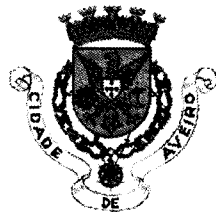
Isabel Maria Reis Fernandes funcionária desta Câmara Municipal de Aveiro:

CERTIFICO que afixei hoje, nos lugares públicos do costume, 1(um) exemplar do Edital que antecede, o qual é composto por **10** páginas. Por ser verdade, passo a presente certidão que assino e autentico com o selo branco em uso nesta Entidade.

Aveiro, 17_de dezembro de 2015

A funcionária,

Isabel Reis Fernandes



Câmara Municipal de Aveiro

DESPACHO DE DELEGAÇÃO E DE SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
(Presidente da Câmara Municipal de Aveiro nos Srs. Vereadores - 2013/2017)

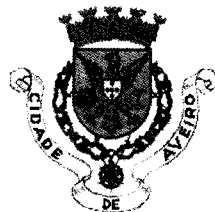
De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 34.º e no n.º 2 do artigo 36.º, ambos, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, delego e subdelego, respetivamente, as seguintes competências próprias e as competências que me foram delegadas por deliberação daquele órgão executivo, na sua reunião realizada no dia 06.11.2013:

- 1. Na Exma Sra. Vereadora Eng.ª Carla Raquel Castro da Rocha Madureira delego e subdelego, com a faculdade de subdelegação, quando permitido por lei, todas as competências inerentes às atribuições dos Pelouros do Ambiente e Qualidade, Juventude, Seniores e Empreendedorismo e Habitação, designadamente:**
 - 1.1.** Praticar todos os atos e formalidades necessários ao exercício das competências inerentes às atribuições dos respetivos Pelouros;
 - 1.2.** Outorgar, em nome do Município, todos os Protocolos e Contratos nas áreas dos respetivos Pelouros, cujas minutas tenham sido previamente aprovadas pelos órgãos competentes;
 - 1.3.** Outorgar, em nome do Município, todos os contratos de Arrendamento de Habitação Social e respetivas modificações, cujas minutas tenham sido previamente aprovadas pelos órgãos competentes previamente aprovados,
 - 1.4.** Ordenar o despejo administrativo das habitações sociais propriedade da Câmara Municipal de Aveiro, nos termos do regulamento municipal em vigor;
 - 1.5.** Autorizar, cumpridos os requisitos regulamentares, os requerimentos para instalação de limitadores acústicos em estabelecimentos, nos termos regulamentares;
 - 1.6.** Decidir, após instrução e análise técnica, as reclamações em matéria de ruído, no âmbito do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 278/2007, de 1 de agosto



Câmara Municipal de Aveiro

- 1.7. Emitir a licença especial de ruído para obras particulares prevista no Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, após prévia instrução dos pedidos e devidamente autorizados nos termos regulamentares;
 - 1.8. Assinar e emitir todas as notificações e mandados relacionados com as competências que ora lhe são delegadas;
- 2. No Exmo Sr.º Vereador, Jorge Manuel Mengo Ratola delego e subdelego, com a faculdade de subdelegação quando permitido por lei, todas as competências inerentes às atribuições dos Pelouros de Segurança e Proteção Civil, Serviços Urbanos e Gestão do Espaço Público, Mobilidade e Transportes, designadamente:**
- 2.1. Praticar todos os atos e formalidades necessários ao exercício das competências inerentes às atribuições dos respetivos Pelouros;
 - 2.2. Celebrar, em nome do Município, escrituras públicas devidamente instruídas com os documentos e cujas minutas tenham sido previamente aprovadas pelos órgãos competentes;
 - 2.3. Outorgar, em nome do Município, todos os Protocolos e Contratos nas áreas dos respetivos Pelouros, cujas minutas tenham sido previamente aprovadas pelos órgãos competentes;
 - 2.4. Determinar a instrução de processos de contraordenação e aplicar as respetivas coimas, nos termos da alínea n) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como designar o respetivo instrutor, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 3 do artigo 38.º do mesmo diploma;
 - 2.5. Autorizar a execução de trabalhos na via pública nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública do Município de Aveiro, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 88, de 08.05.2007;
 - 2.6. Assinar e emitir todas as notificações e mandados relacionados com as competências que ora lhe são delegadas;
 - 2.7. Subscrever, em nome do Município, todas as participações resultantes de desobediência a mandados e ordens regularmente notificados pela Polícia Municipal, com exceção da matéria referente à gestão urbanística e obras particulares;
 - 2.8. Autorizar a criação e a extinção da atividade de guardas-noturnos, decidir os pedidos de licenciamento para o exercício dessa atividade, exercer as competências de fiscalização, aplicar as medidas de tutela de legalidade, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, com a redação introduzida pelo Decreto-



Câmara Municipal de Aveiro

Lei n.º 156/2004, 30 de junho, Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, Decreto-Lei n.º 114/2008, de 1 de julho, Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto e Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

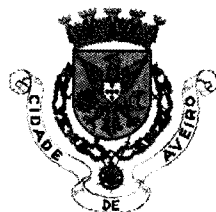
- 2.9. Decidir pedidos de licenciamento, bem como exercer a ação de fiscalização, relativamente aos acampamentos ocasionais, realização de espetáculos de natureza desportiva e de divertimentos públicos e realização de fogueiras e queimadas, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 156/2004, 30 de junho, Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, Decreto-Lei n.º 114/2008, de 1 de julho, Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto e Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.10. Para, após prévia instrução dos pedidos e devidamente autorizados nos termos regulamentares, emitir as licenças de instalação e funcionamento de recintos itinerantes, recintos improvisados e recintos de diversão provisória, previstas no Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de Junho e republicado pelo Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de Setembro, Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01 de Abril e Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de Agosto;
- 2.11. Emitir licenças, registos e fixar contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;
- 2.12. Dirigir, em articulação com os organismos da administração pública com competência no domínio da proteção civil, o serviço municipal de proteção civil, tendo em vista o cumprimento dos planos de emergência e programas estabelecidos e a coordenação das atividades a desenvolver naquele âmbito, designadamente em operações de socorro e assistência na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe (cfr. alínea v) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);
- 2.13. Licenciatar atividades ruidosas temporárias, mediante Licença Especial de Ruído, prevista no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, em conjugação com o estabelecido no artigo 32.º do citado Decreto-Lei n.º 310/2002 (na sua atual redação), após prévia instrução dos pedidos e devidamente autorizados nos termos regulamentares e ao abrigo do disposto no artigo 3.º no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro (na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 156/2004, 30 de junho, Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, Decreto-Lei n.º 114/2008, de 1 de julho, Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto e Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);
- 2.14. Presidir ao conselho municipal de segurança (cfr. alínea w) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);



Câmara Municipal de Aveiro

2.15. No âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, atribuídas pelo Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de janeiro, Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, Declaração de Retificação n.º 20/2009, de 13 de março e Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro:

- a)** A prevista no n.º 1 do artigo 14.º para propor, por despacho, a declaração de utilidade pública, ao Membro do Governo responsável pela área das florestas, de infraestruturas e terrenos necessários à execução destas, desde que inscritas nos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios, previstas no n.º 2 do artigo 12.º, como redes de faixas de gestão de combustíveis, mosaico de parcelas de gestão de combustível, rede viária florestal, rede de pontos de água, rede de vigilância e deteção de incêndios, rede de infraestruturas de apoio ao combate;
- b)** Todas as previstas nos diversos números do artigo 15.º para promover as notificações aí aludidas e promover a realização dos trabalhos de gestão de combustíveis nos termos aí descritos, por conta dos respetivos faltosos;
- c)** As previstas nos vários números do artigo 21.º para promover as respetivas notificações e demais diligências, ordenar a execução dos trabalhos devidos e o pagamento dos custos correspondentes pelos responsáveis e, no caso do pagamento não ser voluntariamente efetuado no prazo concedido para o efeito, ordenar a extração das respetivas certidões de dívida para cobrança em processo de execução fiscal;
- d)** A prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º para se substituir, com a faculdade de posterior ressarcimento, aos proprietários e outros produtores florestais, na sinalização das zonas críticas, nos termos da alínea b) do artigo 22.º;
- e)** A prevista no n.º 2 do artigo 27.º para licenciar a realização de queimadas;
- f)** A prevista no n.º 2 do artigo 29.º para autorizar a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, nos espaços rurais, durante o período crítico, definido por portaria do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;
- g)** A prevista no n.º 1 do artigo 37.º para fiscalizar o cumprimento das disposições daquele diploma;
- h)** As competências previstas no Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de abril (relativo à proteção do relevo natural, solo arável e revestimento vegetal), nomeadamente, para a emissão da licença prevista nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 1.º, bem



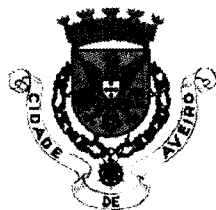
Câmara Municipal de Aveiro

como para a emissão do parecer referido no n.º 2 e 3 do artigo 2.º do citado diploma;

- i) A competência para a pronúncia ao abrigo do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho (diploma que aprova o regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização), na sequência de consulta feita pelo ICNF, IP (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas);
- j) As competências previstas no artigo 66.º e no artigo 70.º, n.º 1, ambos, do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro (na sua atual redação, em concreto na que resulta do Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho), que estabelece o regime geral da gestão de resíduos, que atribui competências aos municípios para a fiscalização do cumprimento do referido diploma e para a instrução dos processos de contraordenação e decisão da aplicação da coima e sanções acessórias;
- k) A responsabilidade pelo gabinete técnico florestal, nos termos do n.º 4 do artigo 3.º - D do Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro;
- l) A prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º - C e alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º - D, para representar a Câmara Municipal de Aveiro na Comissão Distrital de Defesa da Floresta e na Comissão Municipal de Defesa da Floresta;
- m) A prevista no n.º 3 do artigo 10.º de coordenação e gestão dos PMDFCI (Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios);
- n) A prevista no n.º 1 do artigo 40.º: para levantamento dos autos de contraordenação previstos no artigo 38.º;

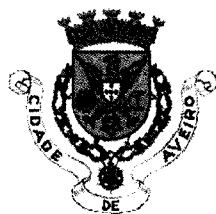
3. No Exmo Sr.º Vereador, Dr.º Luís Miguel Capão Filipe delego e subdelego, com a faculdade de subdelegação quando permitido por lei, todas as competências inerentes às atribuições dos Pelouros da Cultura e Turismo, Mercados e Feiras, Saúde e Toponímia e História Urbana, designadamente:

- 3.1. Praticar todos os atos e formalidades necessários ao exercício das competências inerentes às atribuições dos respetivos Pelouros;
- 3.2. Encetar e concluir as negociações e assinar, em nome do Município, todos os Contratos, Protocolos e demais Contratos-Programa ou de Gestão atinentes à área cultural, depois de devidamente aprovadas as respetivas minutas em reunião do executivo;



Câmara Municipal de Aveiro

- 3.3. Despachar todos os pedidos de licenças, renovações, outras modificações e emissão dos respetivos títulos, referentes às Feiras e Mercados Municipais, concessões (bancas, quiosques), competindo-lhe fazer cumprir os Regulamentos em vigor;
 - 3.4. Assinar e emitir todas as notificações e mandados relacionados com as competências que ora lhe são delegadas;
 - 3.5. As competências previstas em matéria de defesa do património cultural, designadamente as constantes da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro;
4. Na Exma Sra. Vereadora Dra. Maria do Rosário Lopes Carvalho, delege e subdelege, com a faculdade de subdelegação, quando permitido por lei, todas as competências inerentes às atribuições dos Pelouros da Ação Social, Obras Particulares, designadamente:
- 4.1. Praticar todos os atos e formalidades necessários ao exercício das competências inerentes às atribuições dos respetivos Pelouros;
 - 4.2. As competências previstas em matéria de obras em prédios arrendados, designadamente as previstas nos artigos 13.º a 15.º do Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto (diploma que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados);
 - 4.3. No âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (adiante, RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de junho, pela Lei n.º 60/2007, de 4 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 116/2008, de 4 julho, pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, as competências para:
 - a) Conceder as licenças administrativas, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 5.º e do n.º 2 do artigo 4.º do RJUE, nomeadamente:
 - Operações de loteamento;
 - Obras de urbanização e trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento;
 - Obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor;
 - Obras de conservação, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como dos imóveis



Câmara Municipal de Aveiro

integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação;

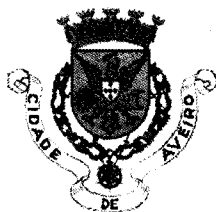
- Obras de reconstrução das quais resulte um aumento da altura da fachada ou do número de pisos;
 - Obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução;
 - Obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, sem prejuízo do disposto em legislação especial;
 - As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do RJUE.
- b) Aprovar informação prévia prevista nos artigos 14.º e 16.º do RJUE, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do mesmo diploma;
- c) Conceder autorização de utilização dos edifícios ou suas frações, bem como as alterações da utilização dos mesmos, prevista no n.º 5 do artigo 4.º e nos termos do n.º 3 do artigo 5.º, ambos, do RJUE;
- d) Dirigir a instrução do procedimento prevista no n.º 1 e 2 do artigo 8.º do RJUE;
- e) Decidir as questões de ordem formal e processual que possam obstar ao conhecimento de qualquer pedido ou comunicação, proferir despacho de aperfeiçoamento do pedido e despacho de rejeição liminar, e notificar para integração do pedido ou comunicação no tipo de procedimento, previstos nos n.º 1 a 3 e 11 do artigo 11.º do RJUE;
- f) Decidir da prorrogação da entrega dos projetos das especialidades e outros estudos necessários à execução da obra, nos termos do previsto no n.º 5 do artigo 20.º do RJUE;
- g) Aprovar as alterações à licença de loteamento, com ou sem variação do número de lotes, que se traduzam na variação das áreas de implantação, de construção ou variação do número de fogos até 3 %, desde que observem os parâmetros urbanísticos ou utilizações constantes de plano municipal ou intermunicipal de ordenamento do território, prevista no n.º 8 do artigo 27.º do RJUE;
- h) Determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético e



Câmara Municipal de Aveiro

ordenar, precedendo de vistoria, a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas, conforme n.º 2 e n.º 3 do artigo 89.º e artigo 90.º do RJUE e a alínea w) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro;

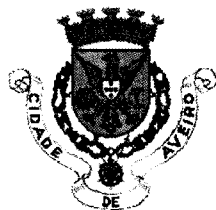
- i) Autorizar o pagamento fracionado das taxas devidas pela emissão do alvará de licença e a comunicação prévia de loteamento, emissão do alvará de licença e a comunicação prévia de obras de construção ou ampliação em área não abrangida por operação de loteamento e pela emissão do alvará de licença parcial, prevista no n.º 2 a 4 do artigo 116.º e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 117.º, ambos, do RJUE;
- j) Estabelecer as condições a observar na execução das obras, montante da caução e suas subsequentes alterações, condições gerais do contrato de urbanização e prazo de execução, previstas no n.º 1 do artigo 53.º, no n.º 1 do artigo 57.º e no n.º 1 do artigo 58.º do RJUE, em conformidade com os n.ºs 1 a 3 do artigo 5.º do mesmo diploma;
- k) Decidir sobre a prorrogação do prazo de execução de obras de urbanização e edificação quando anteriormente tenha concedido a respetiva licença, e da sua execução por fases, previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 53.º, no n.º 1 do artigo 56.º, nos n.ºs 5 e 6 do artigo 58.º, todos, do RJUE, em conformidade com o artigo 5.º do mesmo diploma;
- l) Emitir o alvará para a realização das operações urbanísticas, previsto no artigo 75.º do RJUE;
- m) Exercer a fiscalização administrativa de quaisquer operações urbanísticas independentemente de estarem isentas de controle prévio ou da sua sujeição a prévio licenciamento, comunicação ou autorização de utilização, destinada a assegurar a conformidade daquelas operações com as disposições legais e regulamentares aplicáveis e a prevenir os perigos que da sua realização possam resultar para a saúde e segurança das pessoas, prevista no artigo 93.º do RJUE, em conformidade com o n.º 1 do artigo 94.º do mesmo diploma;
- n) Aplicar medidas de tutela de legalidade urbanística, nomeadamente, a notificação para legalização, ordenar o embargo, demolição da obra, reposição do terreno e cessação de utilização de edifícios ou suas frações, e determinar a posse administrativa e execução coerciva de obras, previstas nos artigos 102.º a 109.º do RJUE, e i) e ii) da alínea k) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de



Câmara Municipal de Aveiro

setembro e em conformidade com o artigo 94.º e artigo 36.º dos citados diplomas, respetivamente;

- o) Ordenar o despejo sumário dos prédios, cuja expropriação por utilidade pública tenha sido declarada, prevista na alínea l) do n.º 2 do artigo 35.º, nos termos do n.º 2 do artigo 36.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- p) Nomear os técnicos para a realização de vistoria prévia, nos termos do disposto no artigo 90.º do RJUE;
- q) Subscrever, em nome do Município, todas as participações crime resultantes de desobediência a mandados e ordens regularmente notificados pela Polícia Municipal em matéria de gestão urbanística e obras particulares e as advindas da prestação de falsas declarações, ao abrigo do disposto artigo 100.º do RJUE e em conformidade com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º, n.º 2 do artigo 36.º, ambos, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- r) Liquidar as taxas devidas, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 117.º do RJUE, em conformidade com n.º 1 a 3 do artigo 5.º do mesmo diploma;
- s) Autorizar o registo de inscrição de técnicos, previsto na alínea c) do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- t) Assinar e emitir todas as notificações e mandados relacionados com as competências que ora lhe são delegadas, em conformidade com as alíneas anteriores;
- u) Praticar todos os demais atos necessários à normal tramitação dos procedimentos relativos ao regime jurídico da urbanização e edificação e gestão urbanística que, nos termos da lei, lhe possam ser delegáveis;
- v) Conceder licenças de ocupação da via pública por motivo de obras, prevista na alínea i) do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- w) Exercer as competências de entidade coordenadora no âmbito dos procedimentos regulados pelo Decreto-lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, na sua atual redação (diploma que cria o Sistema de Indústria Responsável, designado, abreviadamente por SIR), designadamente as previstas no n.º 7 do artigo 13.º daquele diploma;
- x) Exercer as competências de licenciamento no âmbito dos procedimentos regulados pelo Decreto-lei n.º 267/2002, de 26 de novembro (na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 389/2007, de 30 de novembro, Decreto-Lei n.º 31/2008, de 25 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 195/2008, de 6 de outubro e Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro), que estabelece o Licenciamento e Fiscalização de Instalações de



Câmara Municipal de Aveiro

Produtos de Petróleo e Combustíveis (designado, abreviadamente, por LFIC), designadamente as previstas no seu artigo 5.º;

- y) Conceder as licenças, autorizações e outros atos da competência previstos no RJUE e/ou em outros diplomas conexos, que possam ser objeto de delegação/subdelegação.

Afixe-se, em cumprimento do n.º 2 do artigo 47.º do Código do Procedimento Administrativo.

Aveiro, 01 de setembro de 2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Aveiro,

(Eng.º José Agostinho Ribau Estêves)